

UNIVERSIDADE BRASIL
ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DE ALUNOS SURDOS
Autores: Alex Sandro Tomazini/Isabel Cristina Gama

RESUMO

A educação dos surdos no Brasil ainda não acontece na prática, por isso o intuito do trabalho foi em compreender quais são as implicações da inserção da Libras na matriz curricular da educação básica, exploramos as concepções a respeito da surdez e de como ela tem influenciado na identidade do sujeito surdo afinal, o surdo há anos vem sendo discriminado pela sociedade, pois ainda no século XXI eles ainda fazem parte de uma minoria linguística que não é contemplada de forma alguma. É necessário que haja uma sensibilização a respeito da importância da utilização da Língua Brasileira de Sinais na educação dos surdos. Utilizou-se a pesquisa bibliográfica como fonte de informação para aprofundamento desta pesquisa, o trabalho foi embasado em teóricos como Maria Cecília Moura, Karin Strobel, Ronice Muller Quadros, Audrei Gesser e Cristina Lacerda com enfoque na pesquisa referente a proposta de educação bilíngue, que oportuniza aos alunos surdos uma aprendizagem e desenvolvimento real, os integrando a sociedade.

Palavras-chave: Inclusão, Surdos, Libras, Bilinguismo.

INTRODUÇÃO

No Brasil existem cerca de 5,7 milhões de pessoas com deficiência auditiva segundo dados do IBGE (2000), a população de surdos é grande, mas não é comum vermos surdos nas ruas, eles parecem invisíveis, porém não é bem assim, os surdos existem e estão por todos os espaços, são cidadãos que exercem seus direitos e deveres, e fomos acostumados a não os notar e mesmo que inconscientemente os excluímos.

Os surdos possuem uma língua diferente da língua falada que aprendemos, pois conseguimos ouvir essa língua. A língua brasileira de sinais, mais conhecida como Libras, é o meio pelo qual os surdos se comunicam e expressam seus sentimentos. A maioria de nós ouvintes não temos a fluência em Libras e assim não

conseguimos nos comunicar com os surdos, criando uma barreira entre culturas, o que não é mais viável para a educação brasileira e pensando nisso, levantamos a questão da inclusão dessa língua no currículo escolar.

O currículo é o caminho que o aluno percorre durante toda sua trajetória escolar, o currículo define quem o aluno será ele influência na aprendizagem e consequentemente na vida do aluno, o currículo deve ser planejado minuciosamente, pois é parte importante no processo de aquisição do conhecimento.

É comum nas escolas que se busque nos primeiros anos do ensino da educação básica, um currículo com estudo de línguas estrangeiras como o inglês e o espanhol, deixando de lado a língua que também tem importância para a vida social inclusiva, como é o caso da Libras.

Diante da realidade que vivemos é possível perceber que os surdos são vistos como “diferentes” e não há uma comunicação entre surdos e ouvintes, existem várias barreiras que impedem esta comunicação, diante disso buscou-se dados para responder a seguinte pergunta: Após quinze anos da oficialização e reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, por que ela não faz parte da matriz curricular da educação básica?

A Libras ainda não é incluída na matriz curricular, mesmo existindo a lei que decreta que ela é oficial, por conta que essa lei não especifica sobre a obrigatoriedade do ensino de Libras e muito menos estipula uma carga horária mínima, sendo assim, a maioria das escolas preferem ensinar as línguas estrangeiras, ao invés do ensinar a Libras.

A inserção da Libras no currículo desde a educação infantil é uma alternativa, pois os surdos enfrentam diversas dificuldades para o acesso a Língua de sinais nesta faixa etária, seja porque os professores desconhecem a Libras ou porque não se sentem responsáveis por adquirir este aprendizado e acaba delegando essa função à família ou a outros profissionais especializados, esse tem sido o principal problema apresentado na inclusão do surdo nas escolas regulares.

Falar sobre a inclusão da Língua de Libras no currículo educacional não provoca hoje as mesmas reações de alguns anos atrás. É notável que as pessoas pareçam ser favoráveis à inclusão social, isto significa que, mesmos com algumas resistências estamos progredindo rumo a mudanças. Por outro lado, vendo os avanços conquistados é preciso que continuemos lutando para transformar a sociedade em que vivemos, de modo que essa transformação favoreça a todos, o exercício pleno da cidadania.

Durante décadas os surdos passam por situações constrangedoras e numa visão prática não são vistos como parte integrante da sociedade, diante disto este trabalho é de suma importância, demonstra que a inclusão de Libras no currículo é uma alternativa viável e primordial para a reinserção do surdo na sociedade, consequentemente este trabalho afeta a área da educação, pois essa pesquisa nos leva a reflexão sobre o papel da escola diante das questões de inclusão dos surdos na sociedade.

OBJETIVOS

O objetivo principal deste trabalho é analisar as implicações da inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras na matriz curricular da educação básica, sendo que a Libras tem um papel incontestável na educação dos surdos, pois além de ser um meio de comunicação, tanto de alunos entre alunos, como na relação de professor e aluno. É um instrumento importante para a construção de significados e ao acesso dos conteúdos que são socialmente produzidos.

METODOLOGIA

O trabalho discorre-se de uma pesquisa bibliográfica a partir de livros, artigos e documentos oficiais, buscando mostrar que a Libras é uma alternativa benéfica se incluída no currículo das escolas. Discorre sobre a importância da língua de sinais e os aspectos legais e as estratégias metodológicas para o ensino dos alunos surdos.

DESENVOLVIMENTO

Para compreendermos os diferentes tipos de filosofias educacionais que são utilizadas na educação dos surdos, serão discutidos neste capítulo o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo. Será a partir deste ponto importantíssimo que veremos a evolução das filosofias educacionais.

Oralismo é um modo de integrar a criança surda no mundo dos ouvintes, também conhecida como filosofia oralista, ela tem a proposta de fazer com que o ensino da língua oral seja ensinada desde o princípio da surdez. Para vários profissionais a oralidade deve ser a única forma de comunicação dos surdos para ela possa se comunicar bem (GOLDFELD, 1997)

Santana (2007) afirma que a oralidade do surdo é analisada sob o padrão do ouvinte, desta forma, o sucesso e a aquisição da língua oral pelos surdos fica invisível pelos erros de pronuncia que são colocados em evidência.

A busca pela abordagem oralista busca exatamente a aquisição da fala, e uma busca pela integração social do surdo, Goldfeld (1997) explica que no oralismo o surdo é visto como alguém que possui uma deficiência que deve ser minimizada com a ajuda do oralismo, estimulando sua audição, fazendo com que ele desenvolva características de um ouvinte. O objetivo da oralização é reabilitar a criança para que ela se torne uma pessoa "normal".

A autora aponta que a filosofia oralista mais utilizada no Brasil é a audiofonatória, por conter um grande material bibliográfico em português é também bastante utilizada no oralismo por ser uma grande defensora e representante de tal modalidade.

No oralismo se é proibida qualquer forma de gestualização, porque para Couto (s/d, *apud* Goldfeld, 1997) se a criança tenta por meio de gestos se comunicar, isso acaba atrapalhando esse processo de oralização, para que isso não aconteça, é necessário que essa criança receba estimulação oral o mais precocemente possível.

Segundo Soares (1999) o método oral é um processo de capacitação que faz com que o aluno surdo compreenda e produza a linguagem oral, partindo do princípio que o surdo que não possui um nível de audição para receber os sons da fala, pode se constituir em interlocutor por meio da linguagem oral.

Na abordagem oralista, a língua oral é valorizada pois é a língua que será adquirida, isto é, a Libras só é utilizada como um meio de alcançar a oralidade. Sendo assim a língua de sinais não é vista com importância para os surdos, só é

utilizada quando existe uma dificuldade para a aquisição da língua oral. (SANTANA, 2007)

Uma preocupação que os professores oralistas tem é a de conseguir ensinar regras gramaticais mais complexas para os surdos, o que no caso dos ouvintes é um pouco mais simples, pois para Chomsky (s/d, *apud* Goldfeld, 1997), todos os seres humanos têm a tendência biológica de saber uma língua e se for ensinada corretamente ao surdo, ele conseguira aprender tão bem quanto uma criança ouvinte.

A criança surda precisa passar por um processo de reabilitação da audição logo no início para conseguir aproveitar os resíduos auditivos que boa parte dos surdos possui. O autor também nos aponta que é possível ensinar o oralismo pelas vibrações dos sons no corpo e pela leitura labial do outro, assim a criança chega à compreensão para aí começar a ser oralizada. Acredita-se que se esse processo for iniciado nos primeiros meses de vida da criança, por volta de 8 a 12 anos se é possível que essa criança consiga falar, mas tudo vai de criança para criança, depende muito de como foi que se perdeu essa audição, e também é muito importante a participação de pessoas próximas a ela nesse processo de reabilitação para que se chegue a um bom resultado.

De acordo com Couto (s/d, *apud* Goldfeld, 1997), a criança que não recebe a estimulação oral precoce, acaba por meio de gestos tentando se comunicar, o que atrapalha o processo de oralização.

Os surdos que consegue escrever e falar bem, é considerado um vitorioso, pois se o surdo consegue dominar a língua oral ele facilmente conseguira fazer parte do mundo ouvinte. Para Leal, Palmeiro e Fernandez (1985, *apud* Goldfeld, 1997), a se maioria dos surdos não fazem parte do mundo dos ouvintes agindo como um deles, devido à boa parte dos surdos utilizarem uma linguagem gestual. Mas não se sabe a qual linguagem gestual essas autoras se referem, pois, poucos surdos no Brasil conseguem utilizar de uma forma significativa o português, é quase impossível encontrar um surdo natural que saiba a língua portuguesa tão bem quanto um ouvinte.

Tanto em escolas públicas quanto em escolas particulares, a autora relata que é comum se ver crianças surdas que não aprenderam nem a linguagem oral nem a escrita, pois temos um ensino muito insatisfatório, esses surdos muitas vezes

frequentam há anos a escola e ainda assim aprenderam pouco ou quase nada de um modo geral.

O autor relata que na história da educação dos surdos se confirma que a língua oral não consegue suprir todas as necessidades dos surdos, só quando a língua de sinais foi propagada é que o surdo conseguiu evoluir, tanto na área profissional, intelectual e social.

Quando é colocado para o surdo o oralismo como tarefa principal na sua educação, acaba atrapalhando o seu desenvolvimento, porém para os profissionais que acreditam que o oralismo e a linguagem se assemelham, dizem que esse atraso na comunicação que a criança sofre quando lhe apresentam apenas a oralidade não atrapalha o desenvolvimento futuro dessa criança. Mas para a autora basta apenas um pensamento mais abrangente sobre o que vem a ser a linguagem para observarmos a sua importância na construção de um indivíduo, pois, se pensarmos nela como um modo de se expressar culturalmente, percebemos que oralizar um surdo por tantos anos e deixar para trás todo o caminho desde sua infância, sem interação com o outro, por ficar se dedicando apenas a aprender a falar, ao invés de se dedicar a brincar ou fazer coisas de "crianças" como todas as outras ouvintes que não possuem essa pressão, brincar é essencial para o desenvolvimento de qualquer criança.

Já a abordagem educacional da comunicação total Ciccone (1996) defende o uso de todos os meios (fala, sinais, sistemas artificiais) que possam facilitar a comunicação. Já Capovilla (2001) ressalta que a característica mais importante é que a ordem de produção dos sinais sempre segue a ordem da produção das palavras da língua falada, que é emitida simultaneamente.

Desta forma, fica claro a preocupação que a aquisição da língua oral não interfira nos aspectos cognitivos, sociais e também emocionais, sendo assim, devemos fazer o uso de qualquer recurso espaço-visual em prol de facilitar a comunicação.

Ao contrário do oralismo, a comunicação total acredita que a aquisição da língua oral não garante o pleno desenvolvimento da criança surda, como Ciccone(1990) relata que diversas crianças que adquiriram a língua oral antes dos três anos de idade, não conseguiram se desenvolver bem cognitivamente, socialmente e emocionalmente.

A comunicação total valoriza a interação e não a língua (seja a língua de sinais, a linguagem oral). Desta forma, o seu principal objetivo não se limita a aprender uma língua e sim fazer com que o surdo interaja, tanto com outros surdos, como com os ouvintes.

Em relação ao bilinguismo, enquanto nos países de primeiro mundo já se pensava nele, como uma forma de inclusão e reconhecimento da cultura surda, aqui no Brasil o bilinguismo surgiu em meados dos anos 1980.

No final dos anos 1980 no Brasil, os surdos começaram a liderar o movimento de oficialização da Libras, porém, somente na década de 1990 com um projeto de Lei da então senadora Benedita da Silva se deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação da LIBRAS, em âmbito federal como afirma Strobel (2008).

De acordo com Santana (2007) o bilinguismo parte do pressuposto do surdo aprender a língua de sinais e a língua portuguesa escrita, de fazer com que a pessoa surda interaja com a comunidade ouvinte, primeiro a sua língua natural, a Libras, para se socializar com as pessoas de sua comunidade imergir em sua própria realidade, em seguida a língua portuguesa escrita, para interagir com os ouvintes, para aprender e ao mesmo tempo, ensinar indiretamente, a sua cultura aos demais.

Porém, Goldfeld (2002) aponta que infelizmente a aceitação da educação bilíngue ainda é pequena no Brasil, mesmo essa sendo oficializada em documentos nacionais.

É preciso compreender e respeitar o sujeito surdo, o assegurando o direito de uma educação de qualidade, porque é a partir da compreensão de que a língua de sinais ajuda no desenvolvimento das pessoas surdas, que os surdos passam a reivindicam o direito de usar essa língua, o que tem levado algumas escolas a adotarem a filosofia bilíngue na educação dos alunos surdos, ou seja, ao aceitar o Bilinguismo, aceita-se a diferença do outro.

Nos países de primeiro mundo já se pensava no bilinguismo como uma forma de inclusão e reconhecimento da cultura surda muito diferente daqui do Brasil, que só adotou o bilinguismo em meados dos anos 1980.

No final dos anos 1980 no Brasil, os surdos começaram a liderar o movimento de oficialização da Libras, porém, somente na década de 1990 com um projeto de

Lei da então senadora Benedita da Silva se deu início a uma longa batalha de legalização e regulamentação da LIBRAS, em âmbito federal como afirma Strobel (2008).

Vieira (2014) relata que na educação bilíngue temos o problema de vivermos em maioria ouvinte, por isso acredita-se que a Língua de Sinais não seja uma língua completa, e que ela acaba por não conseguir suprir as necessidades dos surdos, tanto na parte da interação e comunicação quanto na parte intelectual. Hoje em dia por conta da lei que decreta a Língua de Sinais como a primeira língua oficial dos surdos, é que se dá uma importância maior para ela, porém a Língua de Sinais é muito usada para ajudar na oralização e na escrita de língua portuguesa, porém de acordo com Gesueli (2003, apud Vieira, 2014), esse processo de utilizar a Libras para oralizar, na grande maioria das vezes não se tem o sucesso esperado.

Esse modo de utilizar a Libras dentro da escola acaba por ser um grande problema, pois restringe a capacidade do surdo em se construir uma educação bilíngue. Para Franco (1999, apud Vieira, 2014), isso levanta uma discussão sobre o verdadeiro sentido de se integrar o aluno com algum tipo de diferença, porque acaba por a escola ser para ele apenas um espaço onde vá ser aceito pelos demais colegas considerados normais, e que a importância da escola se vira para o lado apenas de esse surdo ter uma maior convivência com os ouvintes do que enxergar a verdadeira importância na vida desse aluno, que é a de importância da escola seria na verdade a de se adquirir conhecimento, para esse surdo passar a ter realmente integração com a comunidade ouvinte.

A ideia de inclusão no Brasil passou a ser difundida por volta dos anos 90, à inclusão está assegurada na LDB no artigo 4º seção III, incluir é segundo o dicionário Ferreira (2016) inserir num ou fazer parte de um grupo, esse significado só afirma o ideal da inclusão, entretanto as escolas de ensino regular garantem a matrícula do aluno surdo, mais não sua verdadeira participação.

A educação de pessoas surdas ainda é um grande desafio, de acordo com Lacerda (2006) pesquisas pelo mundo indicam que surdos não conseguem desenvolver competências acadêmicas em comparação aos ouvintes, os dados destas pesquisas só mostram que há uma divergência que precisa ser sanada, os surdos têm capacidades cognitivas como os ouvintes e são capazes das mesmas coisas, por isso a urgência por mudanças para o pleno desenvolvimento dos surdos, estas mudanças devem iniciar a partir do docente.

Segundo Silva (2012) ao concluir sua escolarização básica, o surdo não é capaz de ler e escrever fluentemente ou ter domínio sobre os conteúdos pertinentes da escola de ensino regular, o principal motivo para essa defasagem é a insistência na corrente oralista, e o maior desafio é a comunicação através das Libras.

A inclusão dos alunos surdos em sala de aula de ensino regular é difícil já que o aluno surdo se comunica através das Libras que é a forma de comunicação e expressão dos surdos, e é essencial para o processo de ensino e aprendizagem do aluno. A criança surda compreende o mundo numa concepção mais visual dando ênfase a gestos. Segundo Santana (2007) e Moura (2013) a aquisição da língua de sinais é semelhante à linguagem oral para a criança ouvinte, a criança surda passa por etapas de assimilação e aprendizagem da língua assim como uma criança ouvinte. É preciso disseminar o pensamento que o surdo é incapaz, pois ele tem as mesmas habilidades que o ouvinte, e toda sua estrutura biológica é como de um ouvinte, não o impedindo de nada, e na escola o aluno surdo pode aprender como o ouvinte, mais é necessária uma mudança nas práticas educativas.

A Língua de Sinais preenche as mesmas funções que a Língua Portuguesa falada desempenha para os ouvintes e deve ser adquirida, preferencialmente, na interação com adultos surdos que, ao usarem e interpretarem os movimentos e enunciados das crianças surdas na Língua de Sinais, as insiram no funcionamento linguístico-discursivo dessa língua. (SÃO PAULO, 2007 p.17).

Para que o desenvolvimento da linguagem se dê de forma plena é necessário que a criança seja exposta a língua em diferentes contextos, a criança surda precisa estar em contato com a Libras em diferentes ambientes, seja na escola, em casa, ou em outros lugares de socialização, a criança só adquire a língua se ter uma interação com ela.

O uso da língua de sinais é essencial para o aluno surdo, a Libras é a comunicação do ciente surdo, ela contribui para a construção do processo de ensino e aprendizagem, construindo situações significativas naquele espaço conforme afirma Moura (2013), a Libras é à base de tudo, só a partir dela que o aluno pode adquirir outros conhecimentos pertinentes a sua faixa etária, portanto o incentivo a Libras deve ser constante.

A Libras exerce papel fundamental possibilitando o aluno surdo a aquisição da leitura e da escrita, segundo a autora Pereira (2012) uma vez adquirida a Libras, essa tem papel fundamental na aquisição da língua escrita, que segundo a proposta

bilíngue deve ser adquirida, portanto a Libras é um auxílio na construção de conhecimento de mundo, só assim os surdos podem dar significado ao que escrevem e lêem, ainda segundo a autora é pela comparação da língua de sinais com o português que o surdo irá constituir seu conhecimento acerca da língua escrita, a partir da Libras que o aluno compreende que a língua escrita realmente significa algo.

Para termos uma educação bilíngue eficiente, é necessário que a Libras e a língua portuguesa sejam implantadas ao mesmo tempo, com uma perspectiva de inclusão. É necessário que se pense nas implicações que consiste em aprender esta língua espaço-visual e o papel que ela exerce dentro de cada instituição

Apenas aceitar a Língua de Sinais não resolve e não caracteriza uma proposta bilíngue, pois é preciso aceitar tudo o que vem junto com a língua, ou seja, a cultura, a identidade, a visão de mundo e a constituição do sujeito. Mas é também pensar na outra língua, na Língua Portuguesa, devendo, pois ser utilizada de maneira acessível ao surdo. (VIEIRA, 2014, p. 32)

É possível observar que a educação dos surdos em uma proposta bilíngue enfrenta diferentes contextos, que variam de acordo com cada estado e cidade, por isso, a autora afirma que se deve fazer uma inclusão planejada, pensada e estudada, onde o aluno se beneficie deste ambiente e consiga construir saberes. De forma que o ensino consiga promover resultados significativos e garanta o aprendizado, outro fator preocupante que ela relata, é a forma como está sendo concebida e organizada a educação bilíngue nas escolas regulares que tentam fazer está implantação, pois as necessidades educacionais não estão sendo atendidas, o que acaba fazendo com que este processo de ensino-aprendizagem não seja realizado de forma efetiva.

A aquisição da língua de sinais pelos surdos de pais ouvintes é um grande desafio, já que no Brasil 95% dos surdos são filhos de pais ouvintes, quando constatada a surdez segundo a autora Moura (2013) o sentimento dos pais ouvintes é de devastação e tristeza inconsolável, afinal os pais não desejam um filho surdo e a família se vê diante de um grande desafio para se adaptar a essa nova realidade, muitas vezes essa constatação da surdez demora, ou os pais demoram a cair em si, isso causa ainda segundo a autora um atraso na linguagem, e essa criança passa a não compreender o mundo da mesma forma que a criança ouvinte.

A criança ouvinte está cercada pela linguagem. É pela linguagem que ela constrói um mundo de significados que a acompanharão por toda vida. Mesmo aquilo que não é dirigido diretamente a ela, chega aos seus ouvidos de forma incidental, fazendo com que ela aprenda e apreenda tudo a sua volta. (MOURA,2013 p.16)

A criança ouvinte aprende a língua de forma natural através de interações, pois pela audição desde o nascimento ela já está em contato com a língua oral, e já entende que é por ela que ela se comunica, já o surdo não tem essa mesma percepção já que ele não é capaz de escutar, portanto o acesso de informações pelo surdo é por meio do canal visual, a Língua de sinais é totalmente visual, e ela atende todas as funções de uma língua oral, portanto o incentivo e o ensino da Libras é essencial.

A família tem um papel fundamental no desenvolvimento global e na aquisição da linguagem da criança surda, ainda conforme a autora o que sabemos é que o papel de propiciar a aquisição da língua de sinais deveria ser da família, mais quando os pais são ouvintes este papel passa ser da escola, afinal a criança surda necessita da linguagem e, portanto, se não for pelos pais, a escola fica responsável por inserir a Libras no mundo do aluno surdo.

A língua de sinais não é ensinada, mas adquirida. Essa aquisição ocorre de forma natural e real somente se o interlocutor se preocupar, antes de mais nada, em se comunicar com o surdo de forma fluida e interessada. (MOURA,2013 p.24)

A aquisição da língua pelos surdos deve acontecer de forma natural e prazerosa numa perspectiva vigostkiana que acredita que o desenvolvimento da criança se dá por meio de interação e atividades lúdicas que alicercem o processo de aquisição da língua, a aquisição da linguagem deve acontecer de forma espontânea e não artificialmente, segundo a autora é na escola que a criança surda espera encontrar interlocutores com os quais poderá construir relações comunicativas, trocar conhecimentos, e criar novas relações, de forma integra e plena, quando a criança entra na escola vê a possibilidade de se comunicar, de construir nova relações, por isso o papel da escola é fundamental, afinal este aluno pode nunca ter se comunicado com outras crianças.

Pensar na aquisição da língua da criança surda de pais ouvintes é um tanto complexo, o filho surdo não é o filho “imaginado” e os pais demoram a buscar adaptação para essa criança, o que dificulta e atrasa o aprendizado da Libras, portanto além da importância da escola, é necessário um trabalho psicológico com a

família, pois essa desestabilização emocional influencia e atrasa o processo de aquisição da língua.

Quando o aluno surdo chega à escola de ensino regular é uma grande mudança para ele, já que este aluno provavelmente em toda sua vida não teve contato com muitos ouvintes, quando este aluno chega a sala de aula é preciso que o professor reconheça sua singularidade, que para compreender as coisas os surdos possuem um diferencial, e que o professor tem papel importante de facilitador e mediador em sala de aula, considerando que os surdos tem uma compreensão visual do mundo, já que nem escutam, por isso para que verdadeiramente a prática pedagógica seja efetiva com os surdos é necessário uma mudança nas práticas em sala para que atendas todo focando na pedagogia visual.

A pedagogia visual Lacerda et al (2013) e Campello (2007) é aquela voltada a aspectos visuais, que incentiva o uso de imagens, uso de aspectos voltados a artes tudo para o aluno compreender através da visão, conforme a afirmação acima a pedagogia visual é importante para que o aluno surdo consiga compreender o que acontece em sala de aula, a partir da pedagogia visual o aluno passa a compreender melhor os conteúdos, o professor que deve ser o mediador da pedagogia visual, cabe a ele desenvolver - lá em sala de aula para construir um conceito de equidade em sala de aula.

Uma imagem suscita o leitor a reflexões de situações, da sociedade, que, ao mesmo tempo em que são captadas neste meio, são também reflexos da mesma, relevando elementos de exclusão social, comunismo, abandono, felicidade entre outros na nossa sociedade. É nessa direção que as possibilidades de leitura de imagens poderiam ser melhores exploradas pela escola, na busca de construção de sentidos. (LACERDA et al 2013 p.105)

A pedagogia visual é uma ferramenta de grande ajuda e que deve ser explorada em sala, ela ajuda na exploração e na construção de significados, é uma prática dinâmica e que estimula a percepção do aluno, tanto os ouvintes, tanto os surdos podem se beneficiar desta pedagogia.

Além da pedagogia visual, a Libras é de suma importância em sala de aula para o pleno desenvolvimento do aluno surdo, a Libras é a forma de comunicação do aluno surdo, ela desempenha todas as funções de uma língua comum, como a do ouvinte, por isso o professor ao receber um aluno surdo deve reconhecer que a Libras é uma forma de comunicação relevante, apesar do professor geralmente não

possuir o domínio da língua não se pode negar a relevância que teria se o professor a aprendesse, pois assim o aluno surdo se sentiria mais próximo do docente. Em sala de aula o aluno tem direito a um intérprete que o ajudará na aquisição dos conhecimentos em sala de aula, o intérprete é mediador que ajuda o aluno se apropriar dos conteúdos, o intérprete é de grande ajuda em sala de aula, entretanto ele não é o professor, e por isso o estímulo da relação aluno e professor deve partir do professor, já que o aluno surdo deve se sentir parte da sala como um aluno ouvinte.

O intérprete e os professores devem ter uma relação de troca buscando sempre o bem-estar do aluno surdo, trocando experiências, um ajudando ao outro sempre buscando a melhor forma de auxiliar o aluno surdo. Segundo Lacerda et al (2013) se o professor não facilitar a atuação do intérprete consequentemente a compreensão do aluno ficara comprometida, sendo assim professor e intérprete devem buscar um trabalho coletivo pensando no aluno surdo em primeiro lugar.

O papel do intérprete não anula a importância do docente, o professor e o aluno surdo devem ter uma relação de parceria, e para isso seria necessário a capacitação do professor para ao menos se comunicar com o aluno segundo Lacerda et.al (2013) não existe a obrigatoriedade da formação do professor em Libras, entretanto não se pode negar que seu aprofundamento em libras é de grande relevância, colocar o aluno surdo numa sala de aula regular não lhe assegura verdadeiramente a inclusão, é necessário que o professor seja mediador e ajude o aluno a ser inserido como um aluno normal pela classe, por isso a Libras tem papel fundamental nesta etapa.

O educador deve partir do que o surdo tem de positivo e não de sua deficiência como cita a autora Jesus (2009), pois quando o professor vê o aluno pela sua deficiência cria-se uma barreira, e o preconceito deixa o professor limitado acreditando que o aluno surdo só consegue atingir um determinado objetivo, não dando chances as suas reais capacidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na educação dos surdos hoje ainda existe um abismo entre o real e o ideal, muitos são os fatores que impedem a inclusão do aluno surdo na sociedade na escola, consideramos a seguir algumas das hipóteses que impedem a inclusão do

aluno surdo. Em pleno século XXI é difícil encontramos alunos surdos no ensino superior seja devido às imposições que ocorrem os levando ao fracasso escolar ou até mesmo por não conseguirem se adaptar a vida acadêmica, seja pelo fato da compreensão ou pelas condições de estudos que são oferecidas aos surdos.

Na pratica o aluno surdo tem outras opções, pois como qualquer outra deficiência há a necessidade do Atendimento Educacional Especializado (AEE), é por isso existem algumas poucas instituições no Brasil que além de prestar esse serviço, também atuam na área da educação como uma escola regular que e autorizada a isso legalmente, onde mesmo sendo instituições sérias e de confiança, só educam alunos surdos juntamente com o aluno ouvinte, mas infelizmente acaba não funcionando dessa forma já que o pai ou o responsável por essa criança prioriza a escola regular, levando em consideração a visão médica, que acredita que está seja a melhor escolha para a criança surda. Quando a escola regular acaba “não funcionando muito bem”, os responsáveis pela criança acabam dando preferência a uma escola bilíngue, que geralmente fica localizada muito longe de onde a criança mora e acaba fazendo com que os alunos enfrentem algumas dificuldades para conseguirem estudar devido à distância.

A proposta bilíngue na educação dos surdos é um assunto que ainda gera muita polêmica, porque sobre o que diz respeito a uma escola bilíngue nosso sistema educacional ainda não está adequadamente preparado, tendo em vista que esse processo é um grande desafio, levando em consideração as políticas públicas que apontam alguns desafios em relação a proposta bilíngue, seja pelo fato de que no Brasil a visão médica prevaleça, existe uma grande dificuldade na aceitação da família em relação ao sujeito surdo, pela formação deficitária do Professor ou por simplesmente os surdos fazerem parte de uma minoria linguística e não são contemplados de forma alguma. Além disso, os diversos conflitos que se divergem entre si, não deixando bem claro a importância do bilinguismo para a criança surda.

Concluimos perante toda a pesquisa que a educação de alunos surdos ainda acontece de uma forma fragmentada e superficial, sabemos também que este é um tema que deve ser bastante discutido e que existem diversas lacunas nas leis, que dificultam tanto o acesso dos profissionais da educação, quanto dos alunos surdos em classes regulares de ensino, partindo de nossa pesquisa foi possível compreender as dificuldades na inclusão dos alunos surdos e como as questões relacionadas as concepções de Surdez influenciam na visão dos ouvintes sobre os

surdos , portanto sabemos que o caminho é longo e que é necessário políticas que contribuam para a construção de uma nova perspectiva de educação para os surdos.

REFERÊNCIAS

BENTO, Ricardo Ferreira. **Tratado de otologia**. Editora da universidade de São Paulo: Fundação otorrinolaringologista: FAPESP, 1998

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Art. 205

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases (LDB)**, Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

Brasil. **Lei de Libras**, Lei federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, Brasília, 2002

BRASIL. **Ministério da Educação (MEC)**, Decreto Nº 5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, Brasília. 2013.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)**, Ensino Infantil, Brasília: MEC/SEF,1998

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)**, introdução. Ensino Fundamental, Brasília: MEC/SEF,1998

CAMPELLO, A. R. S. Pedagogia Visual / Sinal na Educação dos Surdos. In: Quadros, R.M. de.;Perlin, G. (orgs). **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

CICCONE, Marta. **Comunicação Total**. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1990.

CICCONE, Marta. **Comunicação Total: Introdução, estratégia**. Rio de Janeiro, RJ: Cultura Médica, 1996

DANESI, M.C.(Org.) **O admirável mundo dos surdos: novos olhares do fonoaudiólogo sobre a surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola editora, 2009.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus, 2002.

GUARINELLO, Ana Cristina. **O papel do outro na escrita de sujeitos surdos**. São Paulo: Plexus Editora, 2007.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (10ª Edição). Rio de Janeiro: DP&A; 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. (11ª Edição). São Paulo: DP&A, 2006.

IBGE. **Censo demográfico 2000, tabulação de dados deficiência no Brasil**. Disponível em <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> acessado em 21 mar.2018

LACERDA, C. B. F. de. **A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Cadernos Cedes: Educação, Surdez e Inclusão Social. Campinas. v. 26, n. 69, p. 163-184, 2006

LACERDA, C.B.F. et al in: **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos – estratégias metodológicas para o ensino de alunos surdos**. São Paulo. Edufscar. 2013

MOURA, Maria Cecília. In: **Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução à Libras e educação de surdos – Surdez e Linguagem**. São Paulo. Edufscar. 2013

OLIVEIRA, Liliâne Assumpção. **Fundamentos Históricos, Biológicos E Legais Da Surdez**. Curitiba: IESDE BRASIL AS, 2012.

PEREIRA, Maria Cristina. In : **Letramento, bilinguismo e educação de surdos- Papel da língua de sinais na aquisição da escrita por estudantes surdos**. Porto Alegre, 2012

PERLIN, Gladis. **As diferentes identidades surdas**. Revista da FENEIS - Ano IV – número 14 abr./jun. de 2002.

SANTANA, Ana Paula (2007). **Surdez e Linguagem - Aspectos e Implicações Neurolinguísticas**. São Paulo: Plexus Editora.

SILVA, Angela Carrancho. In: **Letramento, bilinguismo e educação de surdos- representação social da surdez: entre o mundo acadêmico e o cotidiano escolar**. Porto Alegre, 2012

Sistema de conselhos federal e regionais de fonoaudiologia. **Manual de procedimentos em audiometria tonal limiar, logaudiometria e medidas de imitância acústica**. [s.l.]: [s.n.], 2013.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do Surdo no Brasil**. Campinas, SP: ADSF, 1999.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis. Editora UFSC. 2008.

STROBEL, Karin. In: **Estudo Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007.